

Diálogos sobre

**GÊNERO,
RAÇA E
CLASSE
NO
BRASIL**

Renata Souza e
Ronilso Pacheco (orgs.)
Silvio Almeida
Thula Pires
Ana Flávia Magalhães Pinto



**LUIZA
MAHIN**
SELO DA MANDATA

Diálogos sobre gênero, raça e classe / Organização Renata Souza,
Ronilso Pacheco — 1 ed. — Rio de Janeiro: Selo Luísa Mahin, 2019

52 p.; 17 cm

Raça e classe. I. Souza, Renata. II. Pacheco, Ronilso. III. Almeida,
Silvio. III. Pires, Thula. IV. Pinto, Ana Flávia Magalhães.

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Evlen Laufer

REVISÃO: Rafael Maiero

ARTE DO SELO: Flávia Belchior

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM: 1000

ESTA IMPRESSÃO FOI CUSTEADA COM
A PARCELA DE DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DE CUSTEIO INDIVIDUALIZADO PARA GABINETE
PARLAMENTAR — DOCCIGP, (Incluído pelo Ato N/MD/Nº 645/2019)

**Renata
Souza**
DE PUNTA ESTRELA



ALERJ.
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO

SUMÁRIO

7 APRESENTAÇÃO

Renata Souza e Ronilso Pacheco

9 ENTRE LUTHER KING E MARIELLE:

AS VIDAS QUE A VIOLÊNCIA
INTERDITA, MAS NÃO VENCE

Renata Souza e Ronilso Pacheco

15 CAPITALISMO, RAÇA E RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

Silvio Almeida

23 FEMINISTAS NEGRAS ERGUEM A VOZ

Renata Souza

29 UM RACISMO QUE GRITA

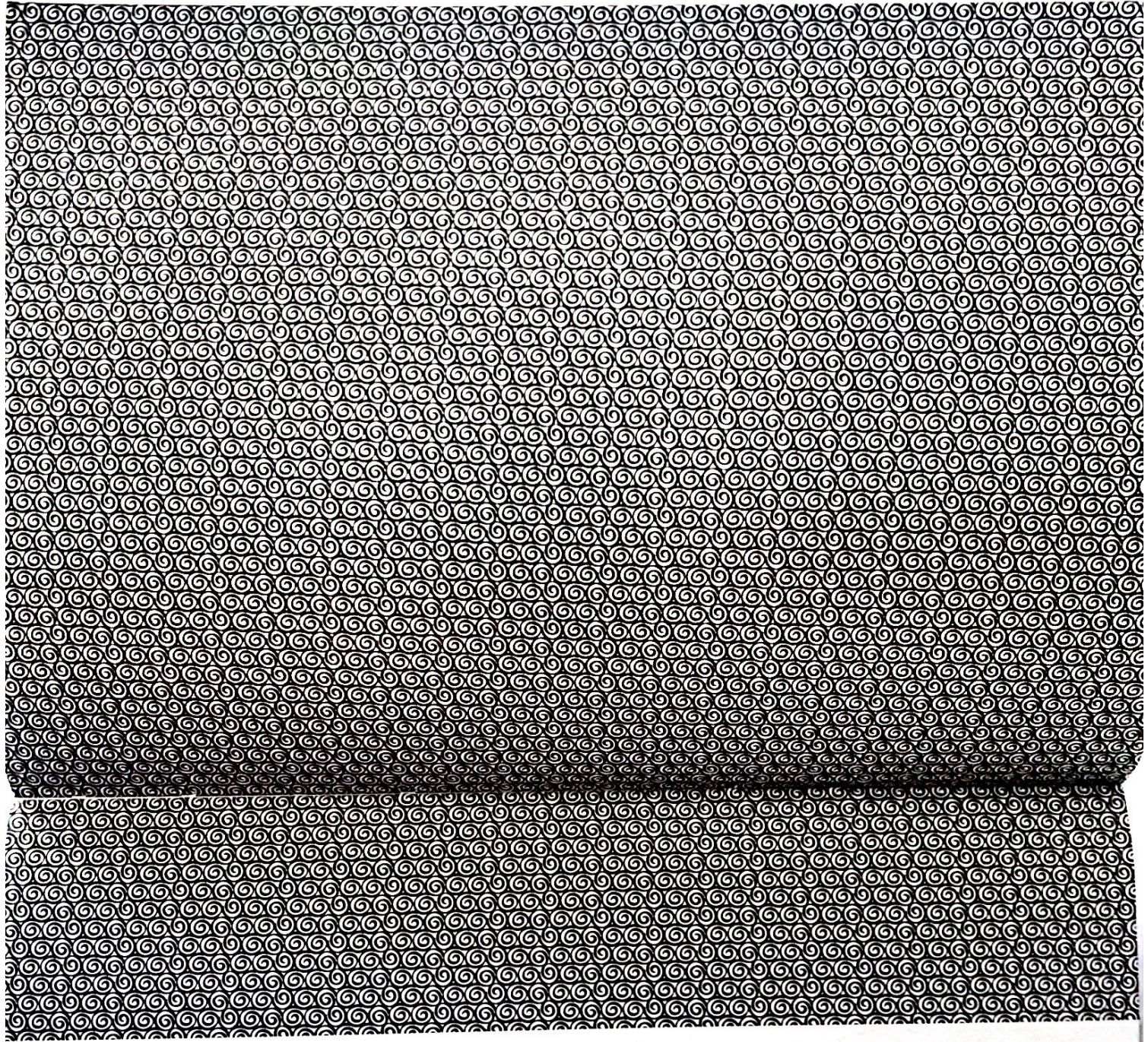
Ronilso Pacheco

35 DIREITO, RAÇA E CLASSE

Thula Pires [Entrevista feita por Ronilso Pacheco]

43 EPÍLOGO: HOMENAGEM AOS 189 ANOS DE LUIZ GAMA | ADVOGADO, PROFESSOR, AMIGO E NOSSO PARENTE

Ana Flávia Magalhães Pinto



**Brasil, chegou a vez
De ouvir as Mariás,
Mahins, Marielles, malês...**

Samba da Mangueira, 2019

APRESENTAÇÃO

Cantando o outro lado da História do Brasil, a Mangueira foi campeã do Carnaval de 2019. Com essa inspiração, sem perder o ritmo, a nossa mandata batizou seu selo com o nome de uma gigante: Luísa Mahin.

Mahin, ex-escravizada, participou de todas as revoltas que sacudiram a Bahia nas primeiras décadas do século XIX e o seu filho, Luiz Gama, foi um dos mais importantes intelectuais abolicionistas.

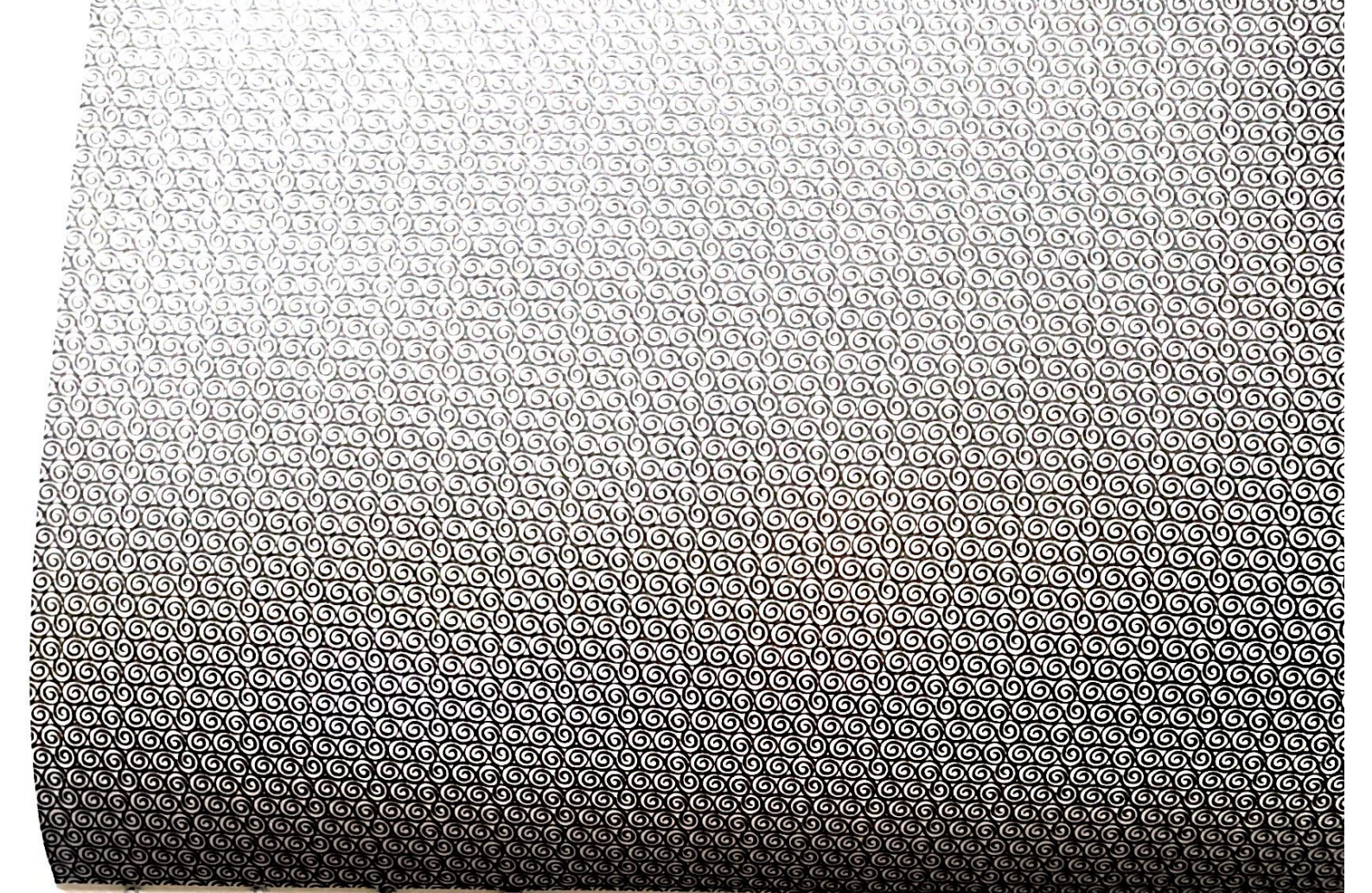
O Selo Luísa Mahin é um espaço aberto para o diálogo e as polémicas que incentivem o pensamento crítico. A nossa missão é produzir livros de bolso sobre a temática de gênero, raça e classe.

Diálogos sobre gênero, raça e classe é fruto de um seminário aberto da mandata, que contou com a participação de Silvío Almeida e Thula Pires.

Para homenagear os 189 anos de nascimento de Luiz Gama, convidamos a professora Ana Flávia Magalhães Pinto, que nos honrou com um lindo texto sobre o abolicionista.

Vamos amplificar vozes, repercutir lutas!

**RENATA SOUZA E
RONILSO PACHECO**
(ORGANIZADORES)



**ENTRE
LUTHER KING
E MARIELLE:
AS VIDAS QUE
A VIOLÊNCIA
INTERDITA,
MAS NÃO VENCE**

**Ronilso Pacheco e
Renata Souza**

A memória de Luther King é sobretudo perturbado-
ra para os racistas estadunidenses. Nos Estados Unidos,
a ala branca e conservadora da igreja evangélica, insiste
em relativizar King. Seja pela tentativa de “domesticar” a
sua imagem, para torná-la palatável para os *white bro-
thers and sisters*, afastando-o o máximo possível da ima-
gem do “violento” Malcom X, seja pelo completo silen-
cio, diminuindo sua importância histórica global, mas
pelo menos uma vez por ano, precisam conviver com a
sua força, sua presença e o legado de sua profecia — que
segue gritante, reproduzida em outras vozes e outros
corpos.

No esforço de tornar a imagem de King palatável
para seus membros brancos, a igreja evangélica conser-
vadora, base eleitoral do Partido Republicano, tenta es-
conder o Luther King que criticou o militarismo, de-
nunciou com veemência o papel dos Estados Unidos na
Guerra do Vietnã em um discurso histórico realizado na
Riverside Baptist Church em Nova Iorque em 67, e fez
duras críticas ao capitalismo que se materializava em ex-
ploração e mais geração de pobreza para uma maioria
esmagadora da população, e não apenas a comunidade
negra. King diz, inclusive, de como ele deixou de ser
“popular” na aristocracia do poder, inclusive para a im-
prensa dos EUA, quando “quebrou o próprio silêncio”. E
no momento que ele passou a denunciar o apego do
establishment ao militarismo, à guerra e a íntima relação
entre armas e capitalismo, o prestigiado King deixou de
ser alguém que incomodava “apenas” a segregação.

Entre o King de *I have a dream*, em 63, e o King da
Campanha pelas Pessoas Pobres em 68, há o assassinato
de Malcom X em 65 e o início da Guerra do Vietnã. Há
um Luther King amadurecido pela perseverança da se-
gregação, da sede insaciável da supremacia branca pelo
poder e a manutenção de privilégios, e há um King con-
victo de que a igreja branca e conservadora nos Estados
Unidos não se arrenderia tão cedo nem do seu pecado
do racismo, nem da sua convicção de que a comunidade
negra inspira perturbação e pobreza.

Martin Luther King é assassinado em meio à sua ar-
ticulação para realizar uma nova e maior marcha até
Washington para pressionar o Congresso para a criação
e aprovação de uma “Declaração de Direitos Econômi-
cos” para os americanos pobres. Uma elite branca e aris-
tocrata, insatisfeita com a ousadia do pastor preto que
expunha ao mundo o racismo e a segregação racial dos
Estados Unidos, considerou a gota d’água este mesmo
pastor querer tocar e ameaçar os privilégios da distribu-
ção de renda, da riqueza, dos acessos a bens e serviços
que uma classe média branca se considerava herdeira
única e legítima.

No Brasil a tentativa de desmoralização e deslegitima-
ção do povo preto e pobre sempre foi uma estratégia da
elite econômica e política. Os nossos heróis de ontem
como Dandara, Zumbi, João Cândido e da nossa gigante
de hoje e sempre, Marielle Franco, são colocados em se-
gundo plano ou criminalizados. Se os pretos se revoltam,
pagam com a vida, são retirados dos livros e das memó-

rias, quando não são transformados em vilões. Por isso, a nossa ação enquanto negros defensores dos direitos humanos é de reconexão com a ancestralidade, com os nossos mais velhos e mais velhas, iluminando vidas de luta e de reexistência. Contaremos a história que a história não conta, como diz o samba da Mangueira deste ano. Sim, a história das Marias, Marielles e dos Malês.

Não por acaso, é nesse processo de invisibilização dos pretos, que a igreja evangélica brasileira também se distancia e esquece da história de Luther King — talvez o evangélico mais conhecido do planeta — e o seu legado. Porém sua memória continua, ano a ano, sendo celebrada entre ativistas, militantes e homens e mulheres sensíveis com as pautas referentes ao direito à vida. A igreja brasileira não deveria se calar sobre a memória de King. É inclusive um equívoco que poderia ser revertido, se a maioria esmagadora da igreja brasileira não ignorasse a memória e o legado profético de Marielle Franco.

É possível, muito possível na verdade, que Marielle Franco consiga percorrer um caminho semelhante. Não dá para imaginar se ela terá, daqui a cinquenta anos, para a comunidade negra no Brasil a força que Martin Luther King tem para a comunidade negra nos Estados Unidos. Mas nenhuma outra figura, mulher, negra, de favela, erguida da luta e da solidariedade, parece ter chegado tão perto de conseguir isto.

E evidentemente se aproximar do prestígio e da repercussão de Luther King no seu país natal e no mundo

não é critério ou régua de importância da força que Marielle possui. Na verdade, é um dos únicos meios comparativos de dimensionar o que ela, que definitivamente virou semente, se tornou. Entre King e Marielle, está uma incrível e semelhante capacidade de inspirar para o futuro, em especial uma juventude negra, pobre, da favela e da periferia. Talvez, o maior medo que Marielle pudesse causar aos poderes, era justamente a capacidade que esta mulher tinha e tem, porque Marielle é presente, com sua força indomável e generosidade encantadora, para inspirar pessoas, inflá-las de esperança. O cálculo era de que “seria mais seguro” interdita-la agora, antes que sua força indomável se tornasse incontável. Mas todos nós descobrimos que esta força já era rebelde, indomesticável, gigante. E Marielle, assim como King, ressuscitou.

RONILSO PACHECO é teólogo pela PUC-Rio, ativista, pastor auxiliar na Comunidade Batista em São Gonçalo. Também é autor de *Jesus e os Direitos Humanos* (2018) e *Teologia Negra: o sopro antirracista do Espírito* (2019).

RENATA SOUZA é cria da favela da Maré. Formada em Jornalismo pela PUC-Rio. Doutora e mestra em Comunicação e Cultura pela UFRJ; pós-doutoranda pela UFF. É militante do PSOL. Está deputada estadual e presidenta da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Alerj.

**CAPITALISMO,
RAÇA E
RACISMO
ESTRUTURAL
NO BRASIL**

Silvio Almeida

1
Não podemos ter medo de complexidade. As coisas não são fáceis, nunca foram fáceis para pessoas como nós. Mas diria que hoje nosso desafio é ainda maior, diante do estado de desagregação do mundo. Estamos vivendo um estágio muito acelerado de decomposição das estruturas sociais. E elas estão se decompondo justamente para que possam continuar se reproduzindo naquilo que têm de essencial. Temos no mundo algumas formas de relação que chamo, juntamente com outros autores, de formas sociais que precisam se reproduzir para o mundo continuar reconhecível. São elas:

1. A forma mercantil, que é a relação básica do capitalismo. Uma troca mercantil é condicionada por uma produção específica, que é a produção capitalista, com o trabalho assalariado e com tudo que esse tipo de relação social pressupõe.
2. A forma dinheiro, ou seja, para existir uma equivalência entre o que é produzido no mundo inteiro, é indispensável a forma dinheiro.
3. A forma política, que é a forma estatal, ou seja, para existir a comunidade política de um mundo que é estruturalmente conflituoso e cheio de antagonismos precisa existir o Estado.

Ou seja, o Estado é o ponto nodal, é o que dá unidade, tanto promovendo formas de consenso mínimas na

sociedade, quanto utilizando também da violência para manter as estruturas sociais funcionando. E temos uma quarta forma social, que é (4) a forma jurídica, o Direito. A relação entre proprietários. Ou seja, precisamos nos constituir enquanto sujeitos de direitos, proprietários, portadores de liberdade e igualdade, vontade. Precisamos nos constituir a partir desse lugar, como portadores de uma mercadoria, ainda que não tenhamos bens. Nesse caso, resta-nos uma mercadoria que é fundamental: a força de trabalho. Sendo assim, essas quatro formas têm que ser reproduzidas. O capitalismo precisa mantê-las em qualquer lugar do mundo. A maneira como essas formas irão se materializar, no entanto, em cada circunstância histórica, é um outro assunto.

Mesmo o pior capitalismo — e com “pior” eu quero dizer o mais precário, o mais periférico — vai ter: Estado, dinheiro, Direito e mercadoria. E isso se dá numa conexão internacional. A estabilidade de uma sociedade é justamente a sua capacidade de absorver os conflitos, de ter instituições que possam realizar essa operação. As instituições precisam dar respostas à possibilidade sempre presente de desagregação social. Então, vejam que nosso modelo de sociabilidade é um modelo de desagregação, é um modelo que porta uma crise. Por isso, falar de capitalismo é falar de crise. As crises estão presentes, estão sempre no horizonte. E as formas de lidar com a crise estão justamente em ter instituições que possam absorver os conflitos e dar respostas.

II
Crise é a capacidade de gestar respostas que estabilizem os conflitos sociais. Nós estamos exatamente sentados em cima de uma crise, e uma crise que vai exigir, principalmente dos socialistas, um pensamento com mais profundidade. Vamos ter que rever o que nós entendemos por viver e sobreviver no interior de uma vida crítica. Não temos instituições, não temos regras, não temos regulação para lidar com uma sociedade que a todo momento corre risco de desagregação, de conflitos que possam ser destrutivos, e que geralmente são destrutivos.

As armas de oposição, a essa crise produzida são fornecidas pelas próprias estruturas. Isso é bem importante entender. Muito da linguagem que nós, e eu me incluo também, levantamos como bandeira estão absolutamente previstas dentro do funcionamento do sistema. Veja, por exemplo, o que se passa no Congresso Nacional: temos espaços institucionais para oposição, tem líder da oposição. Ou seja, se tem líder da oposição, a oposição está na conta, a questão é domar a oposição. E mesmo aquilo que é considerado mais radical também é algo que está previsto, principalmente quando não estamos em momentos críticos.

Bernard Edelman no livro *A legalização da classe operária* mostra como a greve foi capturada pelo Direito. Quando a greve vira "direito de greve", já não é algo que possa ter um sentido revolucionário. Porque quan-

do se regulamentar a greve, ela passa a ser algo previsto dentro do sistema. Hoje, por exemplo, os juizes estão aplicando ao direito de greve alguns institutos que são do direito civil ou do privado, estão aplicando aquilo que chamam de "interdito proibitório". O que o patrão faz? Ele reivindica o "direito proibitório", que é uma ação possessória, e diz: "O trabalhador quando faz greve aqui ele está perturbando a minha posse, então eu quero que você garanta o meu direito de posse e de propriedade, eu não quero greve aqui". E o que o juiz faz? Ele dá uma liminar. Então os grevistas são obrigados a ficar a 100 metros do local de trabalho, como numa rodovia, por exemplo. Nesse sentido, pedir mais direitos pode dar margem a pedir também mais regulação, pedir mais repressão, pedir mais contornos, que vão impedir qualquer tipo de ação não prevista pelo sistema.

III

O racismo também é uma forma de regulação, o racismo é uma forma de padronização da vida social. O racismo é o normal e não anormal. Por isso, o racismo é estrutural. O racismo é o parâmetro de normalidade da vida social e política. Ele tem materialidade justamente porque está conectado com o processo de reprodução das formas sociais e das estruturas que são materializadas pelas formas sociais. Ele é uma ideologia, mas ele não é só uma ideologia. Aliás, ele precisa ser ideologia. E ideologia não é só uma ideia que passa pela nossa cabeça, que passa na consciência, ou no mundo inverti-

do. Ideologia é a maneira como nós constituímos a nos-
sa forma de ver o mundo, é nosso fundo de constituição
subjetiva, ela constitui sujeitos. Nesse sentido, ela cons-
titui a mentalidade das pessoas, constitui os afetos inde-
pendentemente das pessoas compactuarem com o racis-
mo ou não.

A raça é uma produção histórica, ou seja, ela é resul-
tado de um processo histórico e político. Por que histó-
rico? Porque a raça não está vinculada a nenhum tipo de
condição biológica, ela é construída historicamente. Ou
seja, o sentido de raça muda conforme a história se alte-
ra. E também o entendimento sobre raça se altera den-
tro de determinados contextos políticos. Ser branco
aqui no Brasil não é a mesma coisa que ser branco nos
Estados Unidos. Quem é branco aqui não é branco nos
Estados Unidos, que não é branco na Europa. Tanto o
ser branco quanto o ser negro estão ligados a uma série
de condições que fazem parte desse processo histórico e
também político, porque articula uma série de conflitos
e também processos de dominação e de poder. Além
disso, o componente de classe no Brasil é também uma
das questões determinantes da questão racial.

A raça é o resultado de um pacto, para as coisas fun-
cionarem com um mínimo de estabilidade é necessário
que exista um processo de classificação de pessoas. O
processo de classificação só pode existir com um siste-
ma político-educacional que reproduza e normalize a
existência de pessoas racializadas, indivíduos, que por
conta de certas características, vão ser considerados

pertencentes a uma raça ou a outra. Portanto, sem en-
tender o que é raça, e seu processo de construção, não
entendemos o que é o Estado brasileiro, o que é a econo-
mia brasileira, nem o que é o Direito no Brasil. Não en-
tendemos os processos de constituição cultural e ideoló-
gico. Então, é fundamental entender como a raça foi um
elemento de altíssima relevância para isso.

Vamos lembrar o seguinte: o plano de expansão do
capitalismo se dá mediante um fenómeno político que
se chama imperialismo. E o imperialismo, é bom que se
diga, vai levar à Primeira Guerra Mundial, e depois à
Segunda Guerra Mundial. Além disso, as crises do capi-
talismo são crises que vão modular a ideia do que a gen-
te entende por raça. Nota-se que a primeira grande crise
do capitalismo — relacionada diretamente ao processo
de colonização da África, da América Latina e da Ocea-
nia — está no final do século XIX, culminando na Pri-
meira Guerra Mundial.

Ou seja, o processo de colonização, o colonialismo,
ou o neocolonialismo faz parte do projeto expansionista
da economia capitalista. E esse projeto expansionista
tem o racismo como sua ideologia fundamental. O colo-
nizador está pensando em como vai entrar no lugar
onde vivem essas pessoas (negros, indígenas), como
destruir a cultura, submetê-la, levar a ideia de que está
civilizando, e mostrando, por sua “civilidade ocidental”,
sua superioridade: A ideia de civilização é uma ideia ex-
pansionista, uma ideia de fazer com que as pessoas en-
trem na lógica de vida de um outro, do civilizador.

Os espaços políticos são fundamentais para discutir as questões de raça e classe. Só assim conseguimos entender criticamente e ver quais são os limites do problema. E, mais uma vez, o que que significa ser crítico? Ser crítico é encontrar o limite de uma coisa. É ver até onde essa coisa é capaz de dar conta de explicar o mundo, até onde ela pode ir como uma ideia, uma ação. Isso é ser crítico. E chegar nesse limite só é possível quando se faz política. Portanto, para nós, o estudo, a formação, são atos fundamentalmente políticos. As nossas vidas podem depender disso. As vidas das pessoas que estão ao nosso redor também.

SILVIO ALMEIDA é advogado, filósofo e doutor e pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco). É presidente do Instituto Luiz Gama e autor do livro *Racismo Estrutural*, da coleção *Feminismos Plurais*.

**FEMINISTAS
NEGRAS
ERGUEM
A VOZ**

Renata Souza

**nossas mãos sempre e sempre
espalmam nossas outras mãos
moldando fortalezas e esperanças**

CONCEIÇÃO EVARISTO

“Erguer a voz” é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta, de acordo com Bell Hooks. Particularmente, ignorava essa expressão até o lançamento do livro de Hooks: *Erguer a voz: pensar como feminista*, pensar como negra, neste ano de 2019. Mas durante toda a campanha eleitoral de 2018, em especial, na reflexão feita em meu primeiro pronunciamento público enquanto candidata, afirmei: “as mulheres negras estão deixando de ser objeto da política para ser sujeito da política, e não sujeita à política. E o nosso primeiro obstáculo é o pragmatismo político”. Tanto é que alguns analistas mais experimentados diziam sem pudor: “Vocês, mulheres negras, são a mesma coisa”; “Mulher, negra, da favela disputam o mesmo voto da pauta identitária” — repetiam convictos, por vezes negligenciando a luta de classes contida nas nossas bandeiras e reproduzindo o machismo, o racismo e o classismo. Eis que nós, feministas negras, erguemos a voz e a cabeça num tempo de política do medo e da barbárie no Brasil. Em tempo de feminicídio político de Marielle Franco.

No Rio de Janeiro, provamos o equívoco de tais análises, inclusive, elegemos quatro feministas negras pelo

PSOL. Talíria Petrone, como deputada federal; além de Mônica Francisco, Dani Monteiro e eu como deputadas estaduais. Mas o cotidiano nesses espaços dominados pela elite política, econômica e branca revela o quanto os herdeiros da Casa Grande não suportam a nossa cara preta, a cara de povo. Afinal, só percebiam a presença de mulheres negras a partir da sua cabeça abaixada atrás das panelas da cozinha ou lavando o banheiro.

Na Alerj, por exemplo, os reflexos do machismo e racismo estão nas rotinas diárias: seja quando tentam impedir Dani e Mônica de usarem o elevador exclusivo para deputados, ou mesmo na tentativa de desqualificação de nosso discurso no plenário. Eu, por exemplo, ao enfrentar os detratores dos direitos humanos de forma incisiva e assertiva, sou adjetivada como “metida”, “cheia de marra” e “nariz em pé”. A fala destemida, ousada e afiada é considerada insolente para a branquitude que sempre submeteu as mulheres negras ao violento silêncio. Ainda que muitos desses homens brancos não saibam a diferença entre “nariz em pé” e “cabeça erguida”, como o deputado que quebrou a placa da Marielle e a emoldurou como troféu exposto em seu gabinete. Hoje o deputado é denunciado por práticas incompatíveis à atividade parlamentar. Por isso, a cada pronunciamento no púlpito do parlamento, a minha primeira ação é erguer a voz e a cabeça.

Erguer a voz e a cabeça, para nós, não é só um ato de resistência, de coragem, é também de comprometimento com a luta contra as desigualdades de gênero, raça e

classe. Em todos os ritos, somos ameaçadas por olhares e expressões corporais, nossos corpos negros são tratados como invasores que devem ser anulados. Tanto que nossas ações sofrem represálias ao extremo. Quando denunciei o governador do Rio, homem branco e ex-juiz, à ONU e à OEA por utilizar helicópteros como plataforma de tiros para snipers com ordens expressas de “mirar e atirar na cabecinha”, em operações policiais nas favelas, fui perseguida e ameaçada de cassação. É simbólico que o mesmo governador que participou da ação de quebra da placa da Marielle, tenha a arrogância de ordenar a seus correligionários que cassem e interrompam o meu mandato de deputada estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ignorando a autonomia dos poderes e o Estado Democrático de Direito. Em 130 anos de história da República, há apenas 87 anos as mulheres letradas conseguiram o seu direito ao voto, ou seja, as negras não alfabetizadas votam a menos tempo. Eles ainda se incomodam. Enfim, é a primeira vez que um governador ordena publicamente que uma parlamentar seja cassada. Só não é novidade, no entanto, que uma represália política punitiva severa recaia sobre a base da pirâmide social: mulher, negra e pobre.

Existe um outro vetor histórico importante para compreendermos o processo de ocupação de feministas negras na política, sem, por óbvio, ignorarmos a fundamental luta dos movimentos feministas e do movimento negro. A sociedade burguesa, fundada no patriarcado branco, permite espaços, pequenas fissuras no seu siste-

ma, para acomodar e melhor controlar as suas vítimas. São fissuras que funcionam como uma espécie de “pacificação dos conflitos”. Em outras palavras, quando conseguimos furar as barreiras e estar nos espaços de poder, de alguma forma estamos legitimando-os, mas o próprio poder age para nos neutralizar. Um parlamento com mulheres negras deixa de ser machista, racista e sexista? A resposta é não. Mas deixa de ser tão óbvio a sua misoginia e preconceito racial. A lógica perversa do machismo e do racismo também está na sua capacidade de se camuflar, papel feito com excelência pela suposta democracia racial difundida no Brasil.

Por isso, quando dizemos que ocupamos o parlamento, a palavra “ocupar” não é à toa. Esse será nosso instrumento e ferramenta para fortalecimento das lutas sociais. “Ocupar” deixa nítido como esse espaço nos é refratário e também como devemos estar atentos ao seu processo de burocratização que tenta nos adaptar. Não podemos ceder à lógica do cafezinho, das conversas de corredor e das negociações. Se, por um lado, ser parlamentar exige acordos com adversários, respeito às diferenças e concessões. Por outro, quando se pretende transformadora, não pode nunca ceder ao tomalá dá cá e as supostas benesses com as quais pretendemos aniquilar.

Para construir uma sociedade que não se desumanize com base nas desigualdades sociais, é necessário a interseção entre teoria e prática, entre o parlamento e a rua. Uma sociedade feita para e pelos nossos: mulheres,

povo preto, pobre, trabalhador, LGBT. Se é importantíssimo estar nos espaços de poder, e certamente o é, só venceremos o racismo, o sexismo e o autoritarismo com o poder das ruas, do povo. E, em tempos de feminicídio político de Marielle Franco, erguer a voz e a cabeça é um ato de sobrevivência das feministas negras. Mas também é um exercício de cura: um ato para a liberdade humana, a felicidade subversiva e a esperança revolucionária.

RENAIA SOUZA é feminista negra e cria da favela da Maré. Formada em Jornalismo pela PUC-Rio. Doutora e mestra em Comunicação e Cultura pela UFRJ; pós-doutoranda pela UFF. É militante do PSOL. Está deputada estadual e presidenta da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Alerj.

UM RACISMO QUÊ GRITA: VIOLÊNCIA E POLÍTICAS DE (IN)SEGURANÇA

Ronilso Pacheco

É comum e cotidiano no Brasil, que a questão racial não esteja de forma central nos debates públicos. Aquele que insistir em introduzir o debate de recorte racial, a menos que o racismo esteja explícito, é acusado de ver racismo em tudo. Curioso, já que o regime colonial e a escravização marcaram o Brasil e a composição da sociedade brasileira, e não estaria ausente da construção das políticas que aqui são empreendidas. Não seria diferente com as políticas públicas para a segurança.

O que dificulta identificar como políticas de segurança no Brasil sempre foram, e são, construídas com perfis racistas é que, na base, onde está a ponta das ações de repressão e operações ostensivas e os confrontos armados, brancos e negros se misturam. Diferente da segregação racial nos Estados Unidos, ou do apartheid na África do Sul, aqui no Brasil, o corpo de policiais militares ou de soldados do exército, recrutados para operações ostensivas de repressão ou controle em territórios pobres e periféricos, são compostos de brancos e, em maior número, negros. Na segregação americana, policiais que reprimiram manifestações pelos Direitos Civis com cães, jatos d'água, cassetetes, socos e pontapés, eram brancos. Policiais e soldados que mantinham negros e negras confinados nos territórios periféricos sul-africanos, como Soweto, eram brancos.

EXÉRCITO E RAÇA

No Brasil, no entanto, essa imagem é impossível, em parte por conta da violência da mestiçagem, e em parte

pelo caráter sincrético do perfil colonial católico ibérico, que manteve uma "harmonia coercitiva" imposta pela branquitude colonial privilegiada aos subalternizados, negros primeiro, brancos pobres ("negrecidos" ao serem desumanizados) depois. Essa amálgama social acabou por mascarar um poderosíssimo racismo estrutural, que jogou negros e pobres, mesmo que brancos, aos montes para as frentes de batalha no passado, e para as operações de "combate à violência" no presente. Ontem e hoje, a cúpula militar é branca e a massa militar é negra. No Brasil, o Exército tornou-se, para a parte mais pobre da população jovem e suas famílias, uma possibilidade de emprego estável. Para muitos pais, ter o filho, saindo da adolescência, sendo aceito pelas Forças Armadas, torna-se o primeiro passo para que ele tenha condições melhores do que eles mesmos, pais e mães, tiveram. Ingressar nas Forças Armadas sempre foi visto como um destaque profissional para as famílias dos jovens de favelas e comunidades do subúrbio.

Guardada as devidas proporções, estamos na mesma linha temporal que nos trouxe do período Imperial, durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), em que o Exército era a "grande oportunidade" de negros se "livrarem" da condição de escravizados. Negros alforriados sem rumo, e sem perspectiva de um lado. Negros escravizados, com o acoite e a tortura como companhias permanentemente do outro. Os homens da elite rica e branca, que amavam o país mas não a ponto de morrer por este, mas de enriquecer o explorando, entregavam negros escravi-